

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração	10
----------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	52
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.922.515.918
Preferenciais	0
Total	3.922.515.918
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	7.818.528	6.234.801
1.01	Ativo Circulante	2.265.388	1.477.524
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	134.126	114.774
1.01.02	Aplicações Financeiras	107.359	18.152
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	107.359	18.152
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	107.359	18.152
1.01.03	Contas a Receber	1.766.514	1.137.994
1.01.03.01	Clientes	979.790	563.230
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	1.108.409	641.358
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-135.253	-88.777
1.01.03.01.03	Recebíveis com partes relacionadas	58	63
1.01.03.01.04	Subvenção de Baixa Renda	6.576	10.586
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	786.724	574.764
1.01.03.02.01	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	459.074	335.853
1.01.03.02.02	Subvenção CDE - Desconto Tarifário	173.228	78.343
1.01.03.02.03	Serviço em curso	73.054	83.520
1.01.03.02.04	Consumidores - serviços prestados	81.368	77.048
1.01.06	Tributos a Recuperar	90.615	63.685
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	90.615	63.685
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	166.774	142.919
1.01.08.03	Outros	166.774	142.919
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos	40.923	27.786
1.01.08.03.02	Outros Créditos	123.939	114.874
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	1.912	259
1.02	Ativo Não Circulante	5.553.140	4.757.277
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.518.622	1.975.951
1.02.01.03	Contas a Receber	4.369	21.681
1.02.01.03.01	Clientes	4.369	21.681
1.02.01.06	Tributos Diferidos	264.255	241.874
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	264.255	241.874
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.249.998	1.712.396
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	109.803	83.702
1.02.01.09.05	Depósitos Vinculados a Litígios	223.613	196.054
1.02.01.09.06	Cauções e Depósitos	0	68
1.02.01.09.07	Ativo Indenizável (Concessão)	1.832.491	1.342.255
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	5.385	10.381
1.02.01.09.09	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	78.706	79.936
1.02.03	Imobilizado	74.187	61.690
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	46.997	36.461
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	27.190	25.229
1.02.04	Intangível	2.960.331	2.719.636
1.02.04.01	Intangíveis	2.960.331	2.719.636
1.02.04.01.02	Softwares	81.388	88.369
1.02.04.01.03	Direito de Uso da Concessão	2.878.943	2.631.267

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	7.818.528	6.234.801
2.01	Passivo Circulante	1.906.229	1.077.876
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	34.760	36.002
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	34.760	36.002
2.01.02	Fornecedores	916.003	659.982
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	916.003	659.982
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	913.947	657.308
2.01.02.01.02	Partes Relacionadas	2.056	2.674
2.01.03	Obrigações Fiscais	216.146	29.265
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	64.114	27.352
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	148.692	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.340	1.913
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	355.388	209.042
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	119.520	112.914
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	119.520	112.914
2.01.04.02	Debêntures	235.868	96.128
2.01.05	Outras Obrigações	383.932	143.585
2.01.05.02	Outros	383.932	143.585
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	46.657	46.796
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	105.769	92.117
2.01.05.02.11	Taxas regulamentares	231.506	4.672
2.02	Passivo Não Circulante	3.398.879	2.563.753
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.329.232	1.599.493
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.431.769	572.733
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.431.769	572.733
2.02.01.02	Debêntures	897.463	1.026.760
2.02.02	Outras Obrigações	547.555	505.225
2.02.02.02	Outros	547.555	505.225
2.02.02.02.03	Fornecedores	35	983
2.02.02.02.04	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	491.635	445.033
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	55.885	59.209
2.02.04	Provisões	522.092	459.035
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	522.092	459.035
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	28.923	27.381
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	175.137	151.201
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	290.086	240.918
2.02.04.01.05	Provisões regulatórias	27.946	39.535
2.03	Patrimônio Líquido	2.513.420	2.593.172
2.03.01	Capital Social Realizado	1.298.230	1.298.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.04	Reservas de Lucros	1.187.344	1.264.665
2.03.04.01	Reserva Legal	113.379	113.379
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.073.965	1.151.286
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	4.592	7.023
2.03.08.02	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	4.592	7.023

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.177.380	4.581.392
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.682.076	-3.590.735
3.03	Resultado Bruto	495.304	990.657
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-365.943	-277.073
3.04.01	Despesas com Vendas	-132.000	-63.832
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-233.943	-213.241
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	129.361	713.584
3.06	Resultado Financeiro	-164.028	-415.802
3.06.01	Receitas Financeiras	370.055	127.035
3.06.02	Despesas Financeiras	-534.083	-542.837
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-34.667	297.782
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-567	-102.952
3.08.01	Corrente	0	-134.216
3.08.02	Diferido	-567	31.264
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-35.234	194.830
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-35.234	194.830
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00898	0,04967

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-35.234	194.830
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-44.546	-36.611
4.02.01	Perda atuarial em fundo de pensão	-42.115	-34.823
4.02.02	Perda em instrumentos financeiros	-2.431	-1.788
4.03	Resultado Abrangente do Período	-79.780	158.219

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	310.808	489.394
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	610.025	1.064.979
6.01.01.01	Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	-35.234	194.830
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	128.153	51.777
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	238.980	213.700
6.01.01.04	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	164.220	139.514
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	295.838	175.771
6.01.01.06	Receita (despesas) de Ativo Indenizável	-212.042	201.083
6.01.01.07	Valor Residual de Intangível e imobilizado baixados	10.463	36.301
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	567	-31.264
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	44.779	47.753
6.01.01.10	P&D e eficiência energética	37.728	35.514
6.01.01.11	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-63.087	0
6.01.01.13	Outros	-340	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-299.217	-575.585
6.01.02.01	Consumidores	-525.842	-73.429
6.01.02.03	Subvenção CDE	-93.249	-69.637
6.01.02.06	Tributos a Compensar	-53.031	116.289
6.01.02.07	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-58.904	-415.789
6.01.02.09	Depositos Vinculados a Litígios	-27.559	-15.092
6.01.02.10	Outros Créditos	-23.693	-68.061
6.01.02.11	Fornecedores	255.073	223.141
6.01.02.12	Folha de Pagamento	-1.242	-9.104
6.01.02.13	Obrigações fiscais	187.345	-81.479
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	226.834	2.147
6.01.02.16	Pagamento Benefícios Pós-Emprego	-61.989	-48.821
6.01.02.17	Pagamento das Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-101.163	-98.907
6.01.02.18	Outros Passivos	-27.943	-18.881
6.01.02.19	Serviço em curso	10.466	-10.837
6.01.02.20	Consumidores - serviços prestados	-4.320	-7.125
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-870.036	-479.427
6.02.01	Titulos e valores mobiliários	-89.207	45.440
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-780.829	-524.867
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	578.580	-68.587
6.03.01	Captação de Debêntures	0	300.000
6.03.02	Pagamento de Debêntures	-58.500	0
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos	1.086.606	0
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-264.752	-83.780
6.03.05	Pagamento de Juros de Debêntures	-78.669	-62.736
6.03.06	Pagamento de Juros de Empréstimos de Financiamentos	-105.531	-59.515
6.03.07	Dividendos Pagos	-110	-161.247
6.03.08	Parcelamento Especial	-464	-1.309
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.352	-58.620
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	114.774	173.394
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	134.126	114.774

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.298.230	23.254	1.264.665	0	7.023	2.593.172
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.298.230	23.254	1.264.665	0	7.023	2.593.172
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-77.321	-2.431	-79.752
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.234	0	-35.234
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-42.087	-2.431	-44.518
5.05.02.06	Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-63.811	-63.811
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/ Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	21.696	21.696
5.05.02.08	Transferência para Lucros Acumulados	0	0	0	-42.115	42.115	0
5.05.02.09	Perda de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-3.683	-3.683
5.05.02.10	Tributos Diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	0	0	0	0	1.252	1.252
5.05.02.11	Dividendos Expirados	0	0	0	28	0	28
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-77.321	77.321	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízo do exercício	0	0	-77.321	77.321	0	0
5.07	Saldos Finais	1.298.230	23.254	1.187.344	0	4.592	2.513.420

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.298.230	23.254	1.150.530	0	8.811	2.480.825
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.298.230	23.254	1.150.530	0	8.811	2.480.825
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-46.406	0	-46.406
5.04.08	Dividendo Mínimo Obrigatório	0	0	0	-46.406	0	-46.406
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	160.541	-1.788	158.753
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	194.830	0	194.830
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-34.289	-1.788	-36.077
5.05.02.06	Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-52.762	-52.762
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/ Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	17.939	17.939
5.05.02.08	Transferência para Lucros Acumulados	0	0	0	-34.823	34.823	0
5.05.02.09	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-2.709	-2.709
5.05.02.10	Tributos Diferidos s/ Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	921	921
5.05.02.11	Dividendos Expirados	0	0	0	534	0	534
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	114.135	-114.135	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	9.742	-9.742	0	0
5.06.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	104.393	-104.393	0	0
5.07	Saldos Finais	1.298.230	23.254	1.264.665	0	7.023	2.593.172

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	8.441.611	6.115.759
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.780.765	5.631.758
7.01.02	Outras Receitas	27.461	27.617
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	761.538	508.161
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-128.153	-51.777
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.358.545	-3.388.074
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.792.124	-2.205.952
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-448.293	-1.054.293
7.02.04	Outros	-1.118.128	-127.829
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.083.066	2.727.685
7.04	Retenções	-222.095	-213.700
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-222.095	-213.700
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.860.971	2.513.985
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	370.055	127.035
7.06.02	Receitas Financeiras	370.055	127.035
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.231.026	2.641.020
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.231.026	2.641.020
7.08.01	Pessoal	187.115	169.042
7.08.01.01	Remuneração Direta	146.931	128.747
7.08.01.02	Benefícios	26.948	26.822
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.848	5.421
7.08.01.04	Outros	7.388	8.052
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.529.405	1.682.879
7.08.02.01	Federais	1.826.253	467.301
7.08.02.02	Estaduais	1.698.527	1.211.671
7.08.02.03	Municipais	4.625	3.907
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	549.740	594.269
7.08.03.01	Juros	299.999	176.425
7.08.03.02	Aluguéis	15.657	11.236
7.08.03.03	Outras	234.084	406.608
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-35.234	194.830
7.08.04.02	Dividendos	0	46.406
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-35.234	148.424

Rel: Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ampla Energia e Serviços S/A submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2014, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente EY Brasil.

A Ampla Energia e Serviços S/A é uma companhia do Grupo Enel. A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo. Fornece energia para mais de 61 milhões de clientes residenciais e corporativos em 30 Países.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Decreto 8.203/14 e Decreto 8.221/14

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14 que alterou o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2014, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo decorrentes da compra frustrada no leilão de dezembro de 2013, estendendo a cobertura do repasse dos recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético para a competência de janeiro de 2014.

Em 2 de abril de 2014 foi publicado o Decreto 8.221/2014, instituindo a criação da, denominada, “CONTA-ACR”, e normatizando o que se previa em normas anteriores que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) procedesse à contratação de empréstimos junto a bancos, para obter os fundos necessários para viabilizar os pagamento às empresas distribuidoras, do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16/4/2014 a ANEEL emitiu a Resolução 612 e em 22/4/2014 a mesma emitiu o Despacho 1.256, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR, e homologando os valores a serem repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro/2014.

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos,

A partir de 01/03/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

Até 28/02/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos,

De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos e

A partir de 01/09/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos.

Reajuste Tarifário

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 15 de março de 2015. O reajuste tarifário médio foi de 42,19%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 1.861, de 10 de março de 2015, a qual foi revisado em 07 de abril de 2015, devido a prorrogação do prazo para amortização do financiamento da conta ACR. Com essa nova homologação, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.869/2015, as novas tarifas têm um efeito médio para os consumidores cativos de 37,34%, e têm a seguinte composição: (i) reposicionamento tarifário de 37,46%; (ii) adição de componentes financeiros para o período 2015-2016 de 5,68%; e (iii) subtração de componentes financeiros do período 2014-2015, correspondentes a 5,8%.

Quanto ao reposicionamento tarifário econômico, o efeito foi de 37,46%, nos quais 37,00% se referem a incrementos na Parcela A, decorrentes do aumento dos encargos setoriais em 25,29% e dos custos de compra e transporte de energia em 11,70%. Os demais 0,47% se referem à correção da Parcela B.

Redução do Preço-Teto do PLD

Em 25 de novembro, a ANEEL aprovou novos limites do PLD de 2015 (redução do limite máximo de R\$/MWh 823 para 388 R\$/MWh como limite máximo e incremento do limite mínimo de 16 R\$/MWh para 30 R\$/MWh). A decisão foi o resultado de um amplo debate, que teve início com a Consulta Pública n. 09/2014 e, posteriormente, a Audiência Pública n. 54/2014. Os novos preços passaram a vigorar a partir da 1ª semana de janeiro de 2015.

Assinatura do Aditivo ao Contrato de Concessão

A Diretoria da ANEEL aprovou no dia 25 de novembro de 2013, durante Reunião Pública, o resultado da Audiência Pública Nº 61/2014, que discutiu o aprimoramento da proposta de aditivo aos Contratos de Concessão das Empresas de Distribuição de Energia. A Agência discutiu o assunto devido ao

Rel: **Administração**

fato de cada contrato de concessão de distribuição ter uma data própria de reajuste tarifário, que, em sua maioria, não está alinhada com a data de término do contrato de concessão.

Para sanar o problema, a ANEEL decidiu que as distribuidoras serão indenizadas em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão. “Além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária”.

O termo aditivo ao contrato de concessão, processo nº 48500.005603/2015-05, foi publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014.

PRINCIPAIS INDICADORES**DESTAQUES DO PERÍODO**

	2015	2014	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.723	11.803	-0,7%
Receita Bruta (R\$ mil)	8.542.303	6.139.919	39,1%
Receita Líquida (R\$ mil)	5.177.380	4.581.392	13,0%
EBITDA(1) (R\$ mil)*	351.456	927.284	-62,1%
Margem EBITDA (%)*	6,79%	20,24%	-13,45 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)*	7,96%	22,77%	-14,81 p.p
EBIT(2) (R\$ mil)*	129.361	713.584	-81,9%
Margem EBIT (%)*	2,50%	15,58%	-13,08 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	(35.234)	194.830	<-100,0%
Margem Líquida (%)*	-0,68%	4,25%	-4,89 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção*	-0,80%	4,78%	-5,53 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	803.867	565.343	42,2%
DEC (12 meses)*	27,70	21,79	27,1%
FEC (12 meses)*	13,24	9,64	37,3%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	96,51%	99,44%	-2,93 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	20,86%	20,11%	0,75 p.p
Nº de Consumidores Totais*	2.976.003	2.889.743	3,0%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.162	1.166	-0,3%
MWh/Colaborador Próprio*	9.917	10.418	-4,8%
Consumidor/Colaborador*	313	342	-8,4%
PMSO (3)/Consumidor	282,19	216,88	30,0%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

DESEMPENHO OPERACIONAL**NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNID.)***

	2015	2014	Var. %
Mercado Cativo	2.606.447	2.561.451	1,8%
Residencial - Convencional	2.234.129	2.044.608	9,3%
Residencial - Baixa Renda	134.344	279.175	-51,9%
Industrial	4.507	4.653	-3,1%
Comercial	148.588	149.621	-0,7%
Rural	66.786	65.914	1,3%
Setor Público	18.093	17.480	3,5%
Cientes Livres	54	53	1,9%
Industrial	35	34	2,9%
Comercial	19	19	-
Revenda	12	13	-7,7%
Subtotal - Consumidores Efetivos	2.606.513	2.561.517	1,8%
Consumo Próprio	327	325	0,6%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	369.163	327.901	12,6%
Total - Número de Consumidores	2.976.003	2.889.743	3,0%

A Ampla encerrou 2015 com um incremento de 3,0% em relação ao número de consumidores registrado em 2014. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, com mais 44.690 novos consumidores*. Essa evolução evidencia o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 194 milhões nos últimos 12 meses.

Rel: **Administração****VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)***

	2015	2014	Var. %
Mercado Cativo	9.711	9.767	-0,6%
Clientes Livres	1.584	1.589	-0,3%
Revenda	428	447	-4,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.723	11.803	-0,7%

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla no ano de 2015 apresentou uma retração de 80 GWh em relação ao ano de 2014. Esta redução é o efeito combinado de (i) uma retração observada no mercado cativo da Companhia de 56 GWh, com (ii) uma redução de 19 GWh do volume de energia vendida e transportada para revenda, em conjunto com, (iii) um menor volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2015, que foi 5 GWh inferior ao registrado em 2014. Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2015	2014	Var. %
Residencial - Convencional	4.587	4.401	4,2%
Residencial - Baixa Renda	327	499	-34,5%
Industrial	888	966	-8,1%
Comercial	2.230	2.229	0,0%
Rural	254	257	-1,2%
Setor Público	1.425	1.415	0,7%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	9.711	9.767	-0,6%

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 0,6% no ano de 2015 quando comparado ao ano de 2014. Os principais fatores que ocasionaram essa retração no consumo foram (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de 2,3%, parcialmente compensado pelo, (ii) crescimento vegetativo do mercado cativo em 1,8%.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2015	2014	Var. %
DEC 12 meses (horas)	27,70	21,79	27,1%
FEC 12 meses (vezes)	13,24	9,64	37,3%
Perdas de Energia 12 meses (%)	20,86%	20,11%	0,75 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	96,51%	99,44%	-2,93 p.p
MWh/Colaborador Próprio	9.917	10.418	-4,8%
Consumidor/Colaborador	313	342	-8,4%
PMSO (1)/Consumidor	282,19	216,88	30,0%

(1)PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Ambos os indicadores apresentaram incrementos em 2015 em relação a 2014, afetados fortemente pelos seguintes fatores: (i) maiores desligamentos programados no período, para instalação de diversos equipamentos de telecontrole. Esses equipamentos fazem parte do plano de automação da rede da Companhia, que ao longo dos próximos anos trará benefícios significativos para os indicadores de qualidade da Ampla; (ii) maior incidência de descargas atmosféricas sobre a rede; (iii) maiores interrupções relacionadas à objetos estranhos à rede, como pipas e pássaros, por exemplo e (iv) rompimento do cabo subterrâneo que provê energia à Ilha Grande.

A Ampla Energia investiu R\$ 158 milhões* em qualidade do sistema no ano de 2015, e R\$ 223 milhões* no combate às perdas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)**

	2015	2014	Var. %
Receita Operacional Bruta	8.542.303	6.139.919	39,1%
Deduções à Receita Operacional	(3.364.923)	(1.558.527)	> 100,0%
Receita Operacional Líquida	5.177.380	4.581.392	13,0%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(5.048.019)	(3.867.808)	30,5%
EBITDA(1)*	351.456	927.284	-62,1%
Margem EBITDA*	6,79%	20,24%	-13,45 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	7,96%	22,77%	-14,81 p.p
EBIT(2)*	129.361	713.584	-81,9%
Margem EBIT*	2,50%	15,58%	-13,08 p.p
Resultado Financeiro	(164.028)	(415.802)	-60,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(567)	(102.952)	-99,4%
Lucro Líquido	(35.234)	194.830	<-100,0%
Margem Líquida	-0,68%	4,25%	-4,89 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-0,80%	4,78%	-5,53 p.p
Lucro por Lote de Mil Ações (R\$/lote de mil ações)	(0,009)	0,050	<-100,0%

(1) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações; (2) EBIT: Resultado do Serviço

Rel: **Administração****Receita Operacional Bruta**

A receita operacional bruta da Ampla alcançou um incremento de R\$ 2,4 bilhões em relação ao ano de 2014. Este aumento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

	2015	2014	Var. %(2)
Fornecimento de Energia	6.325.972	4.731.920	33,7%
Baixa Renda	49.851	60.769	-18,0%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	134.715	126.801	6,2%
Fornecimento de Energia Total - Mercado Cativo	6.510.538	4.919.490	32,3%
Valores a Receber de Parcela A e outros itens financeiros	885.415	415.789	>100%
Suprimento de Energia Elétrica	66.560	54.197	22,8%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	246.762	164.663	49,9%
Receita de Construção	761.538	508.161	49,9%
Outras Receitas	71.490	77.619	-7,9%
Total - Receita Operacional Bruta	8.542.303	6.139.919	39,1%

Variações relevantes

Fornecimento de Energia Elétrica para o mercado cativo (incremento de R\$ 1,6 bilhões): Este incremento está associado aos seguintes efeitos (i) Efeito do Reajuste Tarifário de 2015, aplicado a partir de 15 de março de 2015, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 37,34% em média, parcialmente compensado pela (ii) Redução de 0,6% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.711 GWh no 2015 versus 9.767 GWh no 2014).

Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (evolução de R\$ 470 milhões): Esta variação é decorrente, principalmente, (i) do término da vigência do Decreto 8.221/14, que previa a cobertura dos custos com compra de energia (exposição involuntária, risco hidrológico e despacho de térmicas) pela ou Conta-ACR, em conjunto, com a (ii) entrada em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que durante todo o ano de 2015.

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, em 2015, alcançou o montante de R\$ 7,8 bilhões, o que representa um incremento de 38,2% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 2,1 bilhões).

Deduções à Receita Operacional

As deduções da receita em 2015 apresentaram incremento de R\$ 1,8 bilhões em relação ao ano anterior. Este aumento é o efeito das seguintes variações:

	2015	2014	Var. %
ICMS	(1.698.658)	(1.211.660)	40,2%
PIS	(135.752)	(44.675)	>100%
COFINS	(625.281)	(205.776)	>100%
ISS	(3.103)	(2.686)	15,5%
Total - Tributos	(2.462.794)	(1.464.797)	68,1%
Encargo Setorial CDE	(854.498)	(50.554)	>100%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(37.728)	(35.514)	6,2%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(9.903)	(7.662)	29,2%
Total - Encargos Setoriais	(902.129)	(93.730)	>100%
Total - Deduções da Receita	(3.364.923)	(1.558.527)	>100%

Os Tributos (incremento de R\$ 998 milhões): Esta variação deve-se, principalmente, ao incremento da base de cálculo para apuração destes tributos, em função do aumento na receita bruta da Companhia os períodos analisados; no caso do PIS/COFINS, além do incremento da receita bruta da Companhia, ocorreram dois outros efeitos que impulsionam a variação acima mencionada: (i) houve o reconhecimento no resultado societário (IFRS) dos valores a receber da parcela A e outros itens financeiros, a partir de dezembro de 2015, por força de aditivo ao contrato de concessão, os quais passaram entrar na base de cálculo destes tributos, e (ii) a publicação da Lei 12.973/14, que a partir de 2015 alterou o regime de tributação, de caixa para competência.

Encargos Setoriais, especialmente o CDE (aumento de R\$ 809 milhões): O incremento se deve à elevação substancial da cota para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função do término dos aportes do Tesouro Nacional para o fundo e a necessidade de cobertura deste déficit.

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2015 alcançaram -R\$ 5,0 bilhões, um incremento de R\$ 1,1 bilhões em relação ao ano de 2014. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Rel: **Administração**

	2015	2014	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.792.124)	(2.205.952)	26,6%
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(369.932)	(232.077)	59,4%
Total - Não gerenciáveis	(3.162.056)	(2.438.029)	29,7%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(187.871)	(162.167)	15,9%
Material e Serviços de Terceiros	(448.293)	(313.473)	43,0%
Custo na Desativação de Bens	(18.008)	(41.008)	-56,1%
Depreciação e Amortização	(222.095)	(213.700)	3,9%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(128.153)	(51.777)	> 100,0%
Provisão para Contingências	(49.049)	(58.449)	-16,1%
Custo de Construção	(761.538)	(508.161)	49,9%
Indenizações DIC / FIC	(44.522)	(40.195)	10,8%
Outras Despesas Operacionais	(26.434)	(40.849)	-35,3%
Total - Gerenciáveis	(1.885.963)	(1.429.779)	31,9%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(5.048.019)	(3.867.808)	30,5%

Variações relevantes

Energia Elétrica comprada para Revenda (aumento de R\$ 586 milhões):

- (i) Reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA, indicador que reajusta os CCEARs);
- (ii) Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos (especialmente de térmicas), que possuem uma tarifa mais elevada, já incluindo aqueles que oriundos do leilão A-1 de 2014, vigentes a partir de janeiro de 2015, e leilão de ajuste, vigentes a partir de fevereiro de 2015;
- (iii) Contabilização/reconhecimento das medidas do Governo Federal de auxílio às distribuidoras de energia em 2014, mediante os Decretos 8.203/14 e 8.221/14,

Encargos de Uso/de Serviço do Sistema (incremento de R\$ 138 milhões): Este incremento se deve, principalmente, à redução do preço teto do PLD, o que ocasionou uma maior quantidade de térmicas sendo despachadas fora da ordem de mérito, refletindo em uma maior incidência do ESS, e em razão, de no ano de 2014 terem sido efetuados repasses pela CDE (ou Conta-ACR) para cobrir os custos com ESS.

Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 135 milhões): O incremento se deve a maiores operações em campo (principalmente serviços de cobrança para combate à inadimplência e serviço de manutenção da rede de distribuição) e aos reajustes contratuais entre os períodos comparados.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa (incremento de R\$ 76 milhões): Este incremento se deve ao aumento da inadimplência entre os trimestres comparados em função dos seguintes efeitos:

- (i) Efeito do Reajuste Tarifário de 2015, aplicado a partir de 15 de março de 2015, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 37,34% em média;
- (ii) Entrada em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que durante todo o 2015 manteve a bandeira vermelha, devido ao custo marginal de operação (CMO), incluindo aquelas em função de segurança energética, ter sido superior a R\$ 388,48 MWh;
- (iii) Descadastramento de aproximadamente 51,9% (em média) dos consumidores Baixa Renda de janeiro de 2015 até dezembro de 2015, reflexo do não atendimento à certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente desequilíbrio (em termos contábeis, isso significa que houve uma "reclassificação" da rubrica Subsídio Baixa Renda para Fornecimento de Energia Elétrica);
- (v) Impacto da desaceleração da economia, inflação elevada, desemprego e salários reais em queda sobre a capacidade de pagamento dos clientes.

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2015, alcançaram o montante de -R\$ 1,1 bilhões, o que representa um incremento de 22,0% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 921 milhões (-R\$ 203 milhões).

EBITDA e Margem EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia atingiu o montante de R\$ 351 milhões no ano de 2015, o que representa redução em relação ao ano de 2014, cujo montante foi de R\$ 927 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2015 foi de 7,96%, o que representa uma redução de 14,81 p.p. em relação a 2014, de 22,77%.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. De acordo com o artigo 10 da referida instrução, a mesma produz efeito nas divulgações a partir de 1º de janeiro de 2014. Assim, segue abaixo a conciliação dos cálculos acima citados:

	2015	2014	Var. %(2)
Lucro Líquido do Período	(35.234)	194.830	< -100,0%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 24)	567	102.952	-99,4%
(+) Resultado Financeiro (NE 25)	164.028	415.802	-60,6%
(=) EBIT	129.361	713.584	-81,9%
(+) Depreciações e Amortizações (NE 23)	222.095	213.700	3,9%
(=) EBITDA	351.456	927.284	-62,1%

(1) Variação entre 4T15 e 3T15; (2) Variação 2015 e 2014

Rel: **Administração****Resultado Financeiro**

O resultado financeiro da Ampla Energia, no ano de 2015, ficou em -R\$ 162 milhões, uma melhora de -R\$ 254 milhões em relação ao ano anterior. Esta melhora é o efeito líquido das seguintes variações:

	2015	2014	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de Aplicação Financeira	14.228	29.556	-51,9%
Receita do Ativo Indenizável	171.541	-	-
Multas e Acréscimos Moratórios	77.205	55.166	40,0%
Valores a Receber de Parcela A e outros itens financeiros	63.087	-	-
Outras Receitas Financeiras	43.994	42.313	4,0%
Total - Receitas Financeiras	370.055	127.035	>100%
Despesas financeiras			
Encargos de Dívidas	(233.973)	(140.694)	66,3%
Atualização Financeira de provisão para contingências	(115.169)	(81.065)	42,1%
Encargo de Fundo de Pensão	(42.920)	(46.522)	-7,7%
Variações Monetárias	(60.305)	(35.594)	69,4%
Despesa do Ativo Indenizável	-	(201.083)	-100,0%
Outras Despesas Financeiras	(81.745)	(37.879)	> 100,0%
Total - Despesas Financeiras	(534.083)	(542.837)	-1,6%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(164.028)	(415.802)	-60,6%

Variações relevantes

Receita do Ativo Indenizável (acréscimo de R\$ 172 milhões): O valor registrado em 2015 refere-se à atualização mensal do ativo indenizável pela inflação, que em 2015 sofreu alteração metodológica e passou a ser corrigido pelo IPCA e não mais pelo IGPM.

Valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros (acréscimo de R\$ 63 milhões): Essa variação se deve, principalmente, à atualização financeira dos ativos a receber da parcela A e outros itens financeiros, que começou a ser efetuada a partir do 1T15, devido à assinatura do aditivo ao contrato de concessão, como resultado da Audiência Pública nº 061/2015, e permitiu à Ampla e demais distribuidoras contabilizarem nos seus resultados e balanços societários (IFRS), pelo regime de competência, os ativos e passivos regulatórios constituídos.

Encargos de Dívidas (incremento de -R\$ 93 milhões): Este incremento deve-se principalmente ao aumento da dívida bruta da companhia entre os anos comparados, em conjunto com a variação de +2,89 p.p. do CDI médio entre os anos 2015 e 2014.

Variações Monetárias (incremento de -R\$ 24 milhões): Esta variação é explicada principalmente pela variação de 4,27 p.p. do IPCA entre os anos comparados.

Redução do Ativo Indenizável (redução de +R\$ 201 milhões): A redução se deve, basicamente, ao recálculo do saldo do Ativo Indenizável com a atualização pelo VNR a partir da Revisão tarifária Periódica (foi aprovado o novo valor do ativo financeiro, a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3º ciclo de Revisão Tarifária, acarretando a redistribuição da infraestrutura que tem sua classificação feita no ativo financeiro e no ativo intangível).

IR/CSLL

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2015 registraram -R\$ 567 mil, uma redução de 99,4% em relação ao ano anterior, de -R\$ 103 milhões (+R\$ 102 milhões), essa variação entre os períodos comparados, foram ocasionadas pela redução da base de cálculo destes impostos.

	2015	2014	Var. %
IR e CSLL	(567)	(102.952)	-99,4%
Total - IR/CSLL	(567)	(102.952)	-99,4%

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou em 2015 um lucro líquido negativo de R\$ 35 milhões, valor R\$ 230 milhões inferior ao registrado no ano de 2014, que foi de R\$ 195 milhões. Desta forma, a Margem Líquida em 2015 alcançou -0,80%.

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

A dívida financeira líquida da Ampla Energia encerrou 2015 em R\$ 2.436 milhões, um incremento de 46,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 1.665 milhões (+R\$ 771 milhões). Este incremento deve-se, principalmente, à: (i) realização de operações de crédito intercompanhia no montante de aproximadamente de R\$ 878 milhões, (ii) captações com o BNDES em torno R\$ 113 milhões, parcialmente compensado pelas amortizações ocorridas entre os períodos.

	2015	2014	Var. %
Dívida <i>Intercompany</i> (R\$ mil)	878.138	-	>100%
Dívida <i>com Terceiros</i> (R\$ mil)	1.799.185	1.797.894	0,07%
Dívida bruta (R\$ mil)	2.677.321	1.797.894	48,9%
(-) Disponibilidades - Caixa e Equivalentes (R\$ mil)	241.485	132.926	81,7%
Dívida líquida (R\$ mil)	2.435.836	1.664.968	46,3%

Rel: **Administração**

A Ampla Energia encerrou o ano 2015 com o custo médio da dívida em 13,22% a.a.*, equivalente a CDI + 0,60% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia tem a seu dispor R\$ 170 milhões em linhas de crédito abertas com bancos em caráter irrevogável (linhas comprometidas), além de R\$ 50 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Ampla tem autorização para contratação de operações de mútuo com seu controlador e com coligadas do grupo, Enel Brasil, Centrais Elétricas Cachoeira Dourada e Central Geradora Termelétrica de Fortaleza, por até R\$ 2,75 bilhões, dos quais R\$ 878 milhões já haviam sido utilizados até dezembro de 2015.

Índices Financeiros - Covenants

A Companhia concluiu, no mês de dezembro de 2015, uma renegociação preventiva dos índices financeiros de algumas dívidas, com seus respectivos credores. O processo de renegociação resultou na modificação de covenants financeiros exigidos nas debêntures de emissão da Ampla (6ª, 7ª e 8ª. emissões), com saldo total de R\$ 1.126 milhões. Em relação a contrato específico de repasse de recursos do BNDES (no valor de R\$ 153 milhões), a Companhia contou com waiver dos bancos financiadores, na posição de 31/12/15, e aguarda a formalização dos aditivos contratuais relativos à modificação dos covenants acordada.

Cálculo dos índices financeiros	2015
Lucro Líquido	(35.234)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	567
Resultado Financeiro	164.028
Depreciação e Amortização	222.095
EBITDA (12 meses)	351.456
Provisão para créditos de Liquidação duvidosa	128.153
Provisões para Contingências	49.051
EBITDA Ajustado (12 meses)	528.660
Empréstimos e Financiamentos	673.151
Debêntures	1.126.034
Mutuos com partes relacionadas (não subordinados)	-
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	134.126
(-) Aplicações Financeiras	107.359
(-) Depósito em garantias de financiamento	-
Dívida Financeira Líquida	1.557.700
Dívida Financeira Bancária Líquida	431.666
Encargos de Dívida	191.820
Variações Monetárias	45.822
(-) Renda de aplicações financeiras	14.228
Despesa Financeira Líquida (12 meses)	223.414
Patrimônio Líquido	2.513.420
Dívida financeira líquida/EBITDA Ajustado (máximo 3,5) ⁽¹⁾⁽²⁾	2,95
Dívida financeira bancária líquida/EBITDA (máximo 3,5) ⁽²⁾	1,23
EBITDA*/Despesa Financeira Líquida (mínimo 1,75) ⁽¹⁾	2,37
Dívida financeira líquida/(Dívida financeira Líquida + PL) (máximo 0,6) ⁽³⁾	0,38
Dívida financeira bancária líquida/(Dívida financeira bancária líquida + PL) (máximo 0,6) ⁽²⁾	0,15

Aplicável a: ⁽¹⁾ às debêntures de emissão da Companhia; ⁽²⁾ a contratos de repasse do BNDES; ⁽³⁾ à 8ª. emissão de debêntures da Ampla e a contrato de repasse do BNDES

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*	2015	2014	Var. %
Novas Conexões	194.186	154.104	26,0%
Rede	452.263	366.750	23,3%
Combate às Perdas	223.061	183.421	21,6%
Qualidade do Sistema Elétrico	157.712	124.327	26,9%
Outros	71.490	59.002	21,2%
Medidores	1.658	5.347	-69,0%
Outros (Non - Network)	36.725	24.428	50,3%
Variação de Estoque	119.035	14.714	>100%
Total Investido	803.867	565.343	42,2%
Aportes / Subsídios	(23.054)	(40.477)	-43,0%
Investimento Líquido	780.813	524.866	48,8%

Os investimentos realizados pela Ampla Energia em 2015 alcançaram R\$ 804 milhões, um acréscimo de R\$ 239 milhões em relação ao ano anterior. O maior volume em 2015, foi direcionado aos investimentos em combate às perdas, que representou cerca de 28% de todo o valor investido no período mencionado. Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla Energia atingiram R\$ 781 milhões em 2015.

Rel: **Administração****RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Para a Ampla, a sustentabilidade é compreendida com um conceito tridimensional, que integra comportamento responsável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores e sociedade e possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os compromissos para o desenvolvimento sustentável.

Na Ampla, as ações socioambientais são baseadas no relacionamento com as comunidades das áreas de concessão e têm o foco em projetos de educação para o consumo consciente, eficiência energética, geração de renda e cultura. Todos os projetos são apoiados pela Rede de Lideranças Comunitárias criada pela companhia e que tem como objetivo ser a interlocutora da empresa com as comunidades atendidas, de modo a facilitar o entendimento das necessidades e expectativas das comunidades para o desenvolvimento dos projetos.

Em 2015 os projetos socioambientais da ampla beneficiaram mais de 285 mil pessoas com um investimento de R\$ 18,4 milhões. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Consciência Ecoampla: São realizadas parcerias com recicladores para que os clientes da empresa possam trocar resíduos por bônus da conta de luz. O projeto favorece a conscientização sobre o uso adequado dos recursos ambientais, incentivando a reciclagem e o uso consciente da energia.

Consciência Ampla Saber: Programa dirigido a clientes residenciais, composto por palestras, oficinas, visitas domiciliares de agentes comunitários da Ampla e troca de lâmpadas não eficientes por outras mais eficientes. Suas ações tem o foco na educação para o consumo consciente de energia..

Consciência Ampla Eficiente: A iniciativa viabiliza a troca de refrigeradores para clientes em comunidades de baixa renda. Em conjunto com os outros projetos, promove a adequação do consumo de energia ao orçamento familiar, aumentando a capacidade de pagamento da conta de luz e bem-estar das famílias. Promove a sustentabilidade do serviço de distribuição de energia e do relacionamento com clientes em regiões socialmente mais vulneráveis.

Programa Enel Brasil de Educação e Cultura : A cada ano por meio de uma temática diferente, o programa visa contribuir na qualificação do processo de alfabetização e letramento de crianças de escolas públicas. Em 2015, com o projeto Criadores de Começos os alunos foram convidados a ler, ouvir e exercitar a imaginação e a criatividade escrevendo histórias que falem do início das coisas.

Rede do Bem: O programa corporativo da Enel Brasil visa reunir as práticas de voluntariado de todas as empresas do grupo, potencializando as ações a fim de alcançar um maior número de colaboradores e beneficiados, estreitando a relação com as comunidades atendidas. São promovidos mutirões de reforma, ações de interação social, campanhas de doação de brinquedos, entre outras atividades.

Em 2015 a companhia manteve seu sistema de gestão ambiental certificado pela ISO 14001. Para a conscientização ambiental e engajamento dos colaboradores no tema, a companhia realiza continuamente atividades de educação ambiental em datas relevantes, a exemplo do Dia Mundial da Água, Dia Mundial da Árvore e Dia Mundial do Meio Ambiente.

A empresa possui ainda processos certificados pelas normas ISO 9001 e OHSAS 18001.

RECONHECIMENTOS

Prêmio Eloy Chaves 2015: A premiação criada na década de 1980 e promovida pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), tem com o objetivo de homenagear as empresas do setor elétrico que se destacam com práticas de segurança no ambiente de trabalho. A Ampla ficou em primeiro lugar no Grupo III do prêmio, que selecionou distribuidoras com mais de dois mil colaboradores.

Selo Empresa Amiga da Criança – Ampla conquistou pelo 8º ano consecutivos, o selo da Fundação Abrinq, que distingue as empresas que têm a infância e a juventude entre suas preocupações, cumprindo diversos critérios e desenvolvendo diversas ações para esse público.

Ranking Ethos-Abradee – A Ampla foi a segunda melhor empresa no ranking dos indicadores Ethos-Abradee que avaliam a gestão em responsabilidade socioambiental – que compõe a categoria Responsabilidade Social do Prêmio Abradee - do segmento de distribuição de energia. Os indicadores são auditados pela Fundação Nacional de Qualidade

Guia Exame de Sustentabilidade – O guia que lista as empresas mais sustentáveis do Brasil, segundo a revista Exame, teve este ano 220 empresas inscritas, sendo 61 eleitas como modelo em sustentabilidade, divididas entre 19 setores, dentre eles o de energia. Neste setor, Ampla foi destaque junto com outras seis empresas do setor elétrico. O Guia destacou o projeto Cidade Inteligente Búzios e o projeto de gerenciamento de tarifa que será implementado pela Ampla como teste no município.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instituição CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a EY Brasil Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais e revisões das suas informações trimestrais para um período de 5 (cinco) anos, assim como contratou alguns serviços relativos à revisão de informações financeiras constantes em relatórios de uso específico da empresa e suas contrapartes, tendo todos esses serviços a natureza de serviços de auditoria externa independente.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

Rel: Administração**INFORMAÇÕES CORPORATIVAS**

Composição da Diretoria

- Abel Rochinha – Diretor Presidente
- Bruno Golebiovski – Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes
- Claudio Manuel Rivera Moya – Diretor de Planejamento e Engenharia
- Olga Jovanna Carranza Salazar – Diretora de Mercado
- Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- Luis Fermin Larumbe Aragon – Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle
- Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos e Organização
- José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais
- Janaina Savino Vilella Carro – Diretora de Comunicação
- José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
- Déborah Meirelles Rosa Brasil – Diretora Jurídica
- Margot Frota Cohn Pires – Diretora de Compras

Composição do Conselho de Administração

Conselheiros Efetivos

- Mario Fernando de Melo Santos
- Antônio Basílio Pires e Albuquerque
- Marcelo Andres Llévanes Rebolledo
- José Távora Batista
- José Alves Mello Franco
- Luis Fermin Larumbe Aragon
- Otacilio de Souza Junior

Contador Responsável

André Oswaldo dos Santos - CRC SP-235939/O-7

Relações com Investidores

Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Hugo de Barros Nascimento – Responsável por Relações com Investidores
ri@ampla.com
55 21 2613-7773
55 85 3453-4995

Niterói, 11 de Fevereiro de 2016.
Administração

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede no município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL")

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião de diretoria realizada em 01 de fevereiro de 2016.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge de fluxo de caixa representado por contrato de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures. A parcela eficaz do hedge de fluxo de caixa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificado para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 26 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

2.4. Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

2.5. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão,

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

2.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.7. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.8. Provisão para tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

2.9. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

c) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.10. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Alterações na IAS 19 - Plano de Benefícios Definidos: Contribuições por Parte do Empregado</p> <p><i>O propósito destas alterações é simplificar o tratamento contábil para as contribuições por empregados ou terceiros que não são determinados com base no ano de serviço, tais como contribuições de funcionários calculados de acordo com uma percentagem fixa do salário.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.</p>
<p>Melhorias Anuais – (Ciclo 2010-2012 e 2011-2013)</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24, IAS 38 and IAS 40.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.</p>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

2.12. Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</p> <p><i>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:</i></p> <p><i>Fase 1 – Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Este introduz um enfoque lógico para a classificação dos ativos financeiros de acordo com as características de fluxo de caixa e do modelo de negócios. Esse novo modelo também resulta em um único modelo de impairment sendo aplicado para toda a demonstração financeira.</i></p> <p><i>Fase 2 – Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”). O objetivo deste é o reconhecimento das esperadas perdas de valor de forma tempestiva. A norma requer que as entidades registrem contabilmente as perdas esperadas a partir do momento em que os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.</i></p> <p><i>Fase 3 – Contabilidade de Hedge. Este estabelece um novo modelo visando refletir um melhor alinhamento entre a contabilidade de hedge e as atividades de gerenciamento de riscos. Inclui também aprimoramentos nas divulgações requeridas.</i></p> <p><i>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p>Alterações no IFRS 11: Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias</p> <p><i>As alterações à IFRS 11 define que as normas contábeis contidas no IFRS 3 e outras normas pertinentes a contabilização de combinações de negócios devem ser aplicadas para a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p><i>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização</p> <p><i>As alterações ao IAS 16 proíbe o uso do método baseado na receita de depreciação para imobilizado. A alteração ao IAS 38 introduz a presunção refutável de que, para os ativos intangíveis, o método de amortização baseado nas receitas é inadequado e estabelece duas exceções limitadas.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Melhorias Anuais - Ciclo 2012-2014</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto</p> <p><i>A alteração corrige a inconsistência entre o IFRS 10 e o IAS 28, referente ao tratamento contábil da venda ou contribuições de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação</p> <p><i>O IASB emitiu alterações ao IAS 1, como parte da iniciativa principal de esclarecer a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. Essas alterações destinam-se as companhias que aplicam julgamento profissional para determinar que tipo informação devem ser divulgada nas demonstrações financeiras.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.</p>	

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

3. Revisão e reajuste tarifário

A Companhia teve o reajuste tarifário médio, em 15/03/2015, de 42,19%, conforme Resolução Homologatória nº 1.861/2015. Em 07/04/2015, foi revisada a tarifa devido a prorrogação do prazo para amortização do financiamento da conta ACR. Com essa nova homologação - Resolução nº 1.869/2015, as novas tarifas foram reajustadas com efeito médio para os consumidores cativos de 37,34%.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Conta do Ambiente de Contratação Regulada - ACR

A Ampla recebeu aporte de R\$ 243.764, conforme Despacho nº 773 de 27/03/2015, que reduziu a conta de "Valores a receber de Parcela A" registrada no ativo circulante da Companhia.

b) Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais descompassos entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias.

O Decreto nº 8.401 de 04/02/2015 determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição passam a ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Os recursos disponíveis nessa conta serão repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos por cada distribuidora e a cobertura tarifária vigente de cada agente.

c) PIS e COFINS sobre o resultado financeiro

A partir de 01/07/2015, por força do Decreto 8.426 de 01/04/2015, as alíquotas do Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente.

d) Mudança do índice de atualização da base de remuneração dos ativos das concessionárias

A Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015, dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****5. Caixa e equivalentes de caixa**

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e contas correntes bancárias	9.493	19.375
Total de caixa e contas correntes bancárias	9.493	19.375
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	3.971
Operações compromissadas	17.759	49.367
Total das aplicações diretas	17.759	53.338
Fundo de investimento não exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	18.071	15.363
Operações compromissadas	88.803	26.698
Total de fundos de investimento não exclusivos	106.874	42.061
Total	134.126	114.774

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fundos de investimentos não exclusivos	27.896	10.806
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	77.624	7.346
LF - Letra Financeira	1.839	-
Total	107.359	18.152

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****7. Consumidores**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Classe de consumidores:	Vencidos	Vencidos	Vencidos há	Total	
		até 90 dias	mais de 90 dias	31/12/2015	31/12/2014
Residencial	180.502	124.754	41.334	346.590	221.364
Industrial	54.662	10.150	21.838	86.650	53.091
Comercial	76.140	36.706	25.403	138.249	83.017
Rural	13.347	2.856	1.181	17.384	13.942
Poder público iluminação pública	79.331	64.502	74.509	218.342	86.804
Serviço público	9.826	1.662	117	11.605	6.553
Revenda	11.656	89	-	11.745	7.477
Fornecimento	425.464	240.719	164.382	830.565	472.248
Receita não faturada	273.637	-	-	273.637	164.853
Consumidores baixa renda	6.576	-	-	6.576	10.586
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	4.136
Contas a receber com partes relacionadas (vide Nota 17)	58	-	-	58	63
Outros créditos	71	-	-	71	121
Subtotal	705.806	240.719	168.518	1.115.043	652.007
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	(135.253)	(135.253)	(88.777)
Total circulante	705.806	240.719	33.265	979.790	563.230
Não circulante					
Parcelamento de débitos	-	-	52.796	52.796	76.028
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	(48.427)	(48.427)	(54.347)
Total não circulante	-	-	4.369	4.369	21.681

	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(143.124)	(126.594)	86.038	(183.680)
	(143.124)	(126.594)	86.038	(183.680)

Consumidores - serviços prestados

Esta composta por recebíveis relacionados com as atividades advindas da prestação de serviços a terceiros como, convênios nas faturas de energia, contrato de aluguel de uso mútuo de postes, serviços adicionais proferidos pelos consumidores, entre outros.

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

	31/12/2015	31/12/2014
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	75.988
Resolução Homologatória 1.861/2015	113.703	-
Parcela de ajuste (estimativa)	6.147	2.355
Atualização monetária (*)	1.636	-
	173.228	78.343

* A Resolução Homologatória 1.857, estabeleceu que a Eletrobras deverá atualizar os valores dos repasses dos recursos da CDE realizados em atraso com relação à data fixada para repasse pelo variação mensal do IPCA, e que deverá ser aplicada a partir de março/2015.

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Em 08 de julho de 2015, foi proferida em favor da Companhia, decisão liminar, autorizando a compensação integral dos valores devidos pela Eletrobras, a título de subvenção tarifária, acumulado desde outubro de 2014, com os valores mensalmente devidos pela AMPLA, a título de cota mensal da CDE. Em função de a decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 231.405, correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

9. Tributos a compensar

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	34.227	-	10.718	-
ICMS	47.459	77.922	47.154	56.151
PIS e COFINS	7.300	31.881	4.294	27.551
Outros tributos	1.629	-	1.519	-
Total de tributos a compensar	90.615	109.803	63.685	83.702

Do total de crédito de ICMS, R\$ 110.031 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 75.531 em 2014) refere-se à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses.

Os valores classificados no ativo não circulante de PIS e COFINS a compensar, referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70.

10. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compra de energia	381.497	66.888	105.498	26.691
Encargo de serviço do sistema - ESS	(91.331)	(7.852)	(51.683)	(12.656)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	17.236	(3.356)	22.371	5.627
Uso da rede básica	100.294	25.374	1.141	298
Outros	9.113	4.200	(3.927)	(781)
Total das amortizações / diferimentos tarifários (CVAs)	416.809	85.254	73.400	19.179
Sobrecontratação de energia	19.780	(11.928)	251.012	57.229
Bandeira não faturada	(24.715)	-	-	-
Neutralidade	26.867	7.767	(3.928)	(453)
Outros ativos e (passivos) regulatórios	20.333	(2.387)	15.369	3.981
Outros valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros	42.265	(6.548)	262.453	60.757
Total dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	459.074	78.706	335.853	79.936

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****11. Ativo indenizável (concessão)**

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	1.342.255	1.383.297
Transferências do ativo intangível	293.757	160.041
Marcação a mercado - ativo financeiro	196.479	(201.083)
Saldo final	<u>1.832.491</u>	<u>1.342.255</u>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

12. Intangível

	Em serviço			Em curso			Total	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais		Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.143.946	(1.795.575)	(176.779)	2.171.592	489.059	(44.210)	444.849	2.616.441
Adições	-	-	-	-	548.637	(40.476)	508.161	508.161
Baixas	(100.620)	62.727	-	(37.893)	-	-	-	(37.893)
Amortização	-	(220.132)	12.732	(207.400)	-	-	-	(207.400)
Transferências	538.216	-	(401)	537.815	(538.216)	401	(537.815)	-
Transferências para o ativo indenizável	(160.041)	-	-	(160.041)	-	-	-	(160.041)
Reclassificação do imobilizado	368	-	-	368	-	-	-	368
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>4.421.869</u>	<u>(1.952.980)</u>	<u>(164.448)</u>	<u>2.304.441</u>	<u>499.480</u>	<u>(84.285)</u>	<u>415.195</u>	<u>2.719.636</u>
Adições	-	-	-	-	784.592	(23.054)	761.538	761.538
Baixas	(113.476)	105.660	15.563	7.747	-	-	-	7.747
Amortização	-	(243.482)	12.512	(230.970)	-	-	-	(230.970)
Transferências	659.501	-	(1.815)	657.686	(659.501)	1.815	(657.686)	-
Transferências para o ativo indenizável	(294.742)	-	985	(293.757)	-	-	-	(293.757)
Reclassificação para o imobilizado	-	(183)	-	(183)	(3.680)	-	(3.680)	(3.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>4.673.152</u>	<u>(2.090.985)</u>	<u>(137.203)</u>	<u>2.444.964</u>	<u>620.891</u>	<u>(105.524)</u>	<u>515.367</u>	<u>2.960.331</u>

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável nos moldes da Lei nº 12.783.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****13. Fornecedores**

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Suprimento de energia elétrica		
Compra de energia	660.878	471.916
Encargo de uso da rede	13.532	15.320
Diferencial Eletronuclear	779	12.781
Partes relacionadas (vide Nota 17)	2.056	2.674
Materiais e serviços	238.793	158.274
Total	916.038	660.965
Circulante	916.003	659.982
Não circulante	35	983

14. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	148.692	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	35.956	14.887
Programa de integração social - PIS	7.761	3.192
Imposto sobre serviços - ISS	3.340	1.913
INSS s/ terceiros	8.709	3.582
Parcelamento especial	-	464
Outros	11.688	5.227
Total	216.146	29.265

Com o advento da Lei no 12.973/2014, foi extinto o Regime de Tributação Transitório que, contudo, não provocou efeitos na base de cálculo de IRPJ e CSLL da Companhia. Não obstante, foram introduzidas alterações na apuração do PIS e da COFINS pela inclusão da variação dos itens financeiros setoriais – CVA.

15. Empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>			Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
Empréstimos							
Banco do Brasil S.A	101.813	101.384	19/11/2013	14/11/2019	Anual	-	107% CDI
Banco do Brasil S.A	30.424	30.320	29/11/2013	25/11/2019	Anual	-	107% CDI
	132.237	131.704					
Financiamentos							
BNDES (Capex 2011)	55.972	66.149	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,7%
BNDES (Capex 2011)	48.622	67.798	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011)	48.642	67.826	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013)	61.313	69.928	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	Recebíveis	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013)	106.274	129.199	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	106.317	129.252	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2014-2015)	56.854	-	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015)	56.920	-	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	SELIC + 3,18%
Eletrobras	-	13.866	23/11/2006	30/06/2021	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,0%
Eletrobras	-	9.925	20/09/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e nota promissória	7,0%
Empréstimos e financiamentos	540.914	553.943					
Partes relacionadas							
Enel Brasil (vide Nota 17)	878.138	-	29/12/2015	07/08/2019	Variável	-	CDI + 1,65% a 2,75%
Empréstimos com partes relacionadas	878.138	-					
Total de empréstimos e financiamentos	1.551.289	685.647					
(-) Parcela de curto prazo	(119.520)	(112.914)					
Parcela do não circulante	1.431.769	572.733					

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Abaixo segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Desembolsado	Garantias
BNDDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Recebíveis
BNDDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
BNDDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	24%	Recebíveis
Banco do Brasil	Capital de Giro	130.000	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	877.053	100%	-

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir anualmente as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade
BNDDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
BNDDES 2011 BNDDES 2012-2013 e 2014-2015	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral
BNDDES 2012-2013 e 2014-2015	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDDES 2012-2013 e 2014-2015	Endividamento Bancário Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Anual

Em 31 de dezembro de 2015, as obrigações acima foram atendidas, exceto o indicador “Dívida Financeira Líquida / EBITDA”, para o qual a Companhia obteve o waiver, válido em 31 de dezembro de 2015, com os bancos financiadores, e está em processo de formalização para modificar o critério de cálculo do covenant.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2015					
2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total não circulante
168.193	148.818	1.006.496	62.582	45.680	1.431.769

16. Debêntures

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª série - 6ª emissão	58.869	-	59.008	58.500
2ª série - 6ª emissão	92.884	164.613	9.638	223.375
1ª série - 7ª emissão	50.624	50.000	428	100.000
2ª série - 7ª emissão	12.593	385.551	11.476	348.788
1ª série - 8ª emissão	11.050	150.000	8.392	150.000
2ª série - 8ª emissão	11.050	150.000	8.392	150.000
(-) Custo a amortizar	(1.202)	(2.701)	(1.206)	(3.903)
Total sem efeito de swap	235.868	897.463	96.128	1.026.760
Resultado das operações de swap	(1.912)	(5.385)	(259)	(10.381)
Total das debêntures	233.956	892.078	95.869	1.016.379

Em 31 de dezembro de 2015, as debêntures são simples e não conversíveis em ações. Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) encontram-se registrados no ativo circulante e não circulante nos valores de R\$ 1.912 (R\$ 259 em 2014) e R\$ 5.385 (R\$ 10.381 em 2014), respectivamente.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2014	95.869	1.016.379	1.112.248
Amortização	(58.500)	-	(58.500)
Encargos provisionados	112.963	-	112.963
Encargos pagos	(105.531)	-	(105.531)
Variação monetária	-	60.305	60.305
Transferência de prazos	186.555	(186.555)	-
Custo de transação amortizado	-	1.206	1.206
Resultado de swap	2.600	743	3.343
Em 31 de dezembro de 2015	233.956	892.078	1.126.034

Durante 2015 a Companhia obteve aprovação, através de Assembleias de Debenturistas, para modificar a fórmula de cálculo dos covenants. A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2015.

Obrigações especiais financeiras	Limites		
	6ª Emissão	7ª Emissão	8ª Emissão
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,75	3,75	3,75
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	1,75	1,75	-
Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido) (máximo)	-	-	0,60

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do swap:

	2017	2018	Após 2018	Total
2ª série - 6ª emissão	82.307	82.306	-	164.613
1ª série - 7ª emissão	50.000	-	-	50.000
2ª série - 7ª emissão	128.517	128.517	128.517	385.551
1ª série - 8ª emissão	50.000	50.000	50.000	150.000
2ª série - 8ª emissão	50.000	50.000	50.000	150.000
(-) Custo de transação	(908)	(798)	(995)	(2.701)
Total a amortizar	359.916	310.025	227.522	897.463

17. Partes relacionadas

Natureza da Operação	31/12/2015				31/12/2014			31/12/2014
	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (despesa)	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (despesa)
Fundo de pensão (a)	-	-	491.635	(44.757)	-	-	445.033	(47.753)
CIEN - Companhia de Interconexão Energia (b)	-	298	-	(3.553)	-	476	-	(3.615)
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A (c)	-	1.111	-	(8.803)	-	885	-	(8.262)
EN-Comercio e Serviço S.A (PRATIL) (d)	58	647	-	748	63	115	-	540
Enel Energy (e)	-	-	-	-	-	1.198	-	(1.754)
Enel Brasil (f)	-	-	878.138	(56.315)	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	58	2.056	1.369.773	(112.680)	63	2.674	445.033	(60.844)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	(491.635)	-	-	-	(445.033)	-
Total	58	2.056	878.138	(112.680)	63	2.674	-	(60.844)

* Esses valores são classificados como contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 5, 13, 15 e 18).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- a) Fundação Ampla de Seguridade Social – BRASILETROS: Para maiores detalhes, vide Nota 18.
- b) CIEN - Companhia de Interconexão Energética: Despesas com a Rede Básica no exercício, que tem seus contratos homologados pela a ANEEL mediante despacho.
- c) CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.: Os saldos se referem exclusivamente às operações referentes à compra de energia por parte da Companhia, oriundos de leilão CCEAR 2º LEE – 2005 ou MCSD 2º LEE 2005
- d) EN-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Prátil"): decorre de contratos através dos quais a Companhia arrecada e repassa à Prátil valores cobrados aos seus clientes através de serviços que são prestados pela Companhia. Os passivos correspondem ao projeto Eletrodependentes, no montante total contratado de R\$1.188 e ao projeto de Bombeamento Solar.
- e) Enel Energy: Serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software (hyperium, nostrum, oracle, osisoft e sap) onde o faturamento é feito semestralmente.
- f) Enel Brasil: Mútuos contratados em 2015 devido à necessidade de capital de giro da Companhia (Vide Nota 15).

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 13.821 (R\$ 6.219 em 2014).

18. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

- a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Companhia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$ 118.221, em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 5,08% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****Análise da obrigação atuarial****Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação e do valor justo dos ativos dos planos**

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.021.198	933.485	Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	646.407	540.146
Custo dos serviços correntes	1.837	1.231	Retorno esperado dos ativos do plano	78.655	63.192
Custos dos juros	121.575	109.714	contribuições recebidas de participantes do plano	22	28
Contribuição de participantes do plano	22	29	Contribuições do empregador	61.967	48.820
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	(18.327)	65.092	Benefícios pagos pelo plano	(97.301)	(88.352)
Benefícios pagos pelo plano	(97.301)	(88.353)	Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	(33.093)	82.572
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.029.004	1.021.198	Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	656.657	646.406

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.029.004	1.021.198
Valor justo dos ativos	(656.657)	(646.406)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	372.347	374.792
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	119.288	70.242
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	491.635	445.034

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo do serviço corrente bruto	1.859	1.259
Contribuições de participante	(22)	(28)
Custo do serviço líquido	1.837	1.231
Juros sobre a obrigação atuarial	121.575	109.714
Rendimento esperado dos ativos no ano	(78.655)	(63.192)
Juros líquidos sobre o passivo	42.920	46.522
Total reconhecido na DRE	44.757	47.753

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(18.327)	65.092
(Ganho)/Perda sobre os ativos	33.093	(82.572)
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	49.045	70.242
Montante reconhecido no exercício em outros resultados abrangentes	63.811	52.762

Retorno real dos ativos dos planos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Retorno esperado sobre os ativos do plano	78.655	63.192
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	(33.093)	82.572
Retorno real sobre os ativos dos planos	45.562	145.764

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais Premissas Atuariais	PCA	PACV	Médico	FGTS
Taxa de desconto	14,18%	14,18%	14,18%	14,21%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	14,18%	14,18%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	9,69%	9,69%	N/A	9,69%
Taxa de inflação esperada	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	6,50%	6,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Média	Média	Média	Média

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2014		31/12/2015			Saldo acumulado
	Saldo acumulado	Adições	Reversões	Atualização	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	151.201	13.774	(8.404)	26.525	(7.959)	175.137
Cíveis (b)	240.918	96.337	(53.156)	84.123	(78.136)	290.086
Fiscais (c)	27.381	-	-	2.090	(548)	28.923
Regulatório (d)	39.535	593	(93)	2.431	(14.520)	27.946
Total das provisões	459.035	110.704	(61.653)	115.169	(101.163)	522.092

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou execução fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 12.326 (R\$ 11.694 em 2014).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Encontra-se provisionado pelo valor de R\$ 4.991 (4.771 em 2014)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	505.324	438.632
Cíveis	762.230	527.325
Fiscais	1.809.217	1.732.992
Juizados especiais	128.526	176.450
	<u>3.205.297</u>	<u>2.875.399</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.127.837 (R\$ 1.068.018 em 2014).

COFINS

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 149.174 (R\$ 142.141 em 2014).

ICMS - Prazo de recolhimento

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou em 2005 auto de infração em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Decreto 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ações judiciais. O valor envolvido nestes processos, atualizados em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 284.798 (R\$ 268.912 em 2014).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

ICMS - Diversos temas

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 187.062 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 199.158 em 2014), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; e (iv) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores.

Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empachamento, juntos somam o valor de R\$ 37.485 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 35.773 em 2014). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 10.830 e 1.887, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 10.296 e R\$ 1.739 em 2014, respectivamente).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2015 de R\$ 10.144 (R\$ 6.955 em 2014)

Ativo contingente não registrado

No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. A probabilidade de perda é remota, já que o objeto único do processo é a restituição dos valores pagos indevidamente (assim reconhecido por força da imunidade declarada), não havendo nada mais que possa representar obstáculo ao direito da Ampla à restituição. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 166.758 (R\$ 161.686 em 2014).

Depósitos judiciais

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	173.993	157.979
Cíveis	46.549	35.198
Fiscais	3.071	2.877
Total	<u>223.613</u>	<u>196.054</u>

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****20. Patrimônio líquido**a) Capital social

Está composto de ações sem valor nominal e assim distribuído:

Acionista	31/12/2015		
	Quantidade de ações ordinárias (lote por mil ações)	% de Participação no capital	R\$
Enel Brasil S.A.	1.839.121.933	46,89	608.740
Chilectra Inversud S.A.	824.607.526	21,02	272.888
Enersis S.A.	838.778.796	21,38	277.562
Chilectra S.A.	405.768.824	10,34	134.237
Outros	14.238.839	0,37	4.803
Total de ações em circulação	3.922.515.918	100,00	1.298.230

Com o objetivo de manter os valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA cotados dentro dos valores mínimos por ela estabelecidos, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, em 15 de dezembro de 2015, operação de grupamento de ações, na proporção de 40.000 ações para 1 (uma) ação, sem redução de capital social. As ações passaram a ser negociadas na forma agrupada a partir do dia 15 de janeiro de 2016. Nessa data o capital social da Companhia passou a ser representado por 98.062.897 (noventa e oito milhões, sessenta e duas mil, oitocentos e noventa e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia optou por oferecer aos seus acionistas período para livre ajuste de posição de 30 dias, conforme Instrução CVM 323/00, e o leilão das frações remanescentes após o grupamento será efetuado no dia 29/01/16.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****d) Dividendos**

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(35.234)	194.830
(-) Reserva legal	-	(9.742)
(+) Reversão de dividendos prescritos	28	534
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	<u>(35.206)</u>	185.622
Dividendo mínimo obrigatório	-	46.406
	<u>(35.206)</u>	139.216
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	<u>(42.115)</u>	(34.823)
Reserva reforço de capital de giro / compensação de prejuízo	<u>(77.321)</u>	104.393

Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2015, o saldo de dividendos no montante de R\$ 46.237, referentes ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 seria liquidado até 31 de dezembro de 2015. Em 30 de dezembro de 2015 os acionistas emitiram, individualmente, carta de anuência a Companhia autorizando a postergação do pagamento do correspondente dividendo até dezembro de 2017, a fim de reforçar sua liquidez.

e) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

21. Lucro (prejuízo) por ação

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido (prejuízo) no exercício	(35.234)	194.830
Número de ações (por lote de mil)	3.922.515.918	3.922.515.918
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (reais por milhares de ações)	(0,00898)	0,04967

Não há diferença significativa entre o lucro (prejuízo) por ação básico e o cálculo de lucro (prejuízo) por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no exercício.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****22. Receita líquida**

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecimento faturado	6.217.187	4.720.142
Fornecimento não faturado	108.785	11.778
Consumidores, concessionários e permissionários	6.325.972	4.731.920
Suprimento de energia elétrica	66.560	54.197
Baixa renda	49.851	60.769
Subvenção CDE - desconto tarifário	134.715	126.801
Disponibilidade da rede elétrica	246.762	164.663
Receita de construção	761.538	508.161
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	885.415	415.789
Outras receitas	71.490	77.619
Receita operacional bruta	8.542.303	6.139.919
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.698.658)	(1.211.660)
PIS	(135.752)	(44.675)
COFINS	(625.281)	(205.776)
ISS	(3.103)	(2.686)
Encargo Setorial CDE	(854.498)	(50.554)
P&D e eficiência energética	(37.728)	(35.514)
Taxa de fiscalização	(9.903)	(7.662)
Total de deduções de receita	(3.364.923)	(1.558.527)
Total	5.177.380	4.581.392

23. Custos e despesas operacionais

Descrição	31/12/2015				31/12/2014			
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(105.139)	-	(82.732)	(187.871)	(100.367)	-	(61.800)	(162.167)
Material	(13.730)	-	(1.074)	(14.804)	(11.813)	(4.011)	(888)	(16.712)
Serviços de terceiros	(366.948)	(3.847)	(62.694)	(433.489)	(226.589)	(8.044)	(62.128)	(296.761)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.792.124)	-	-	(2.792.124)	(2.205.952)	-	-	(2.205.952)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(235.625)	-	-	(235.625)	(232.659)	-	-	(232.659)
Encargos de serviços do sistema	(134.307)	-	-	(134.307)	582	-	-	582
Custos na desativação de bens	(18.008)	-	-	(18.008)	(41.367)	-	359	(41.008)
Depreciação e amortização	(208.394)	-	(13.701)	(222.095)	(206.544)	-	(7.156)	(213.700)
PCLD clientes - liquidadas	-	(128.153)	-	(128.153)	-	(51.777)	-	(51.777)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(49.051)	(49.051)	-	-	(58.449)	(58.449)
Custo de construção	(761.538)	-	-	(761.538)	(508.161)	-	-	(508.161)
Indenizações DIC / FIC	(44.522)	-	-	(44.522)	(40.195)	-	-	(40.195)
Outros custos operacionais	(1.741)	-	(24.691)	(26.432)	(17.670)	-	(23.179)	(40.849)
Total	(4.682.076)	(132.000)	(233.943)	(5.048.019)	(3.590.735)	(63.832)	(213.241)	(3.867.808)

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****24. Imposto de renda e contribuição social**

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(34.667)	(34.667)	297.782	297.782
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	8.691	3.120	(74.422)	(26.800)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(8.402)	(3.214)	(3.887)	(1.672)
Incentivos fiscais e outros	(560)	(202)	3.829	
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(271)	(296)	(74.480)	(28.472)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(97.469)	(36.747)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(271)	(296)	22.989	8.275
Total	(271)	(296)	(74.480)	(28.472)
Total efeito no resultado	(567)		(102.952)	

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IR e CS sobre diferenças temporárias	272.832	215.074	57.758	(37.104)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	71.186	56.867	14.319	(2.963)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	177.511	156.072	21.439	15.950
Provisão para perdas de estoque	249	249	-	(136)
Desreconhecimento de ativo regulatório	-	-	-	(46.620)
Outras	23.886	1.886	22.000	(3.335)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(171.344)	(113.019)	(58.325)	68.368
IFRIC 12	(171.344)	(113.019)	(58.325)	68.368
Efeito no resultado do exercício	101.488	102.055	(567)	31.264
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	162.767	139.819	22.948	18.860
Plano de Pensão	165.132	143.436	21.696	17.939
Swap	(2.365)	(3.617)	1.252	921
Total	264.255	241.874	22.381	50.124

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.****25. Resultado financeiro**

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	14.228	29.556
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	77.205	55.166
Variações monetárias diversas	14.483	10.695
Receita financeira de ativo indenizável	171.541	-
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	63.087	-
Outras receitas financeiras	29.511	31.618
Total da receita financeira	<u>370.055</u>	<u>127.035</u>
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(121.011)	(59.683)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(115.169)	(81.065)
Encargo de fundo de pensão	(42.920)	(46.522)
Variações monetárias debêntures	(60.305)	(35.594)
Juros de debêntures	(112.962)	(81.011)
Despesa financeira de ativo indenizável	-	(201.083)
Outras despesas financeiras	(81.716)	(37.879)
Total da despesa financeira	<u>(534.083)</u>	<u>(542.837)</u>
Resultado financeiro	<u>(164.028)</u>	<u>(415.802)</u>

26. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro**Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios.

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Ampla justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 15 e 16, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia. O índice de endividamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de 49% e em 2014 de 39%.

d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 90,1% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 13,7% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 6,6% das dívidas variáveis (5,96% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 7.297 (R\$ 10.640 em 2014), e possui reconhecido o saldo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 3.683 (R\$ 2.709 em 2014).

e) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	2.091	4.123	18.261	86.725	25.897	137.097
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	9.545	18.810	114.037	2.202.595	45.219	2.390.206
Debêntures	22.852	-	275.176	1.085.561	-	1.383.589
	34.488	22.933	407.474	3.374.881	71.116	3.910.892
31 de dezembro de 2014						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	2.609	5.661	24.321	109.437	48.529	190.557
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	8.059	21.129	99.547	508.706	23.950	661.391
Debêntures	17.112	-	138.818	1.267.793	-	1.423.723
	27.780	26.790	262.686	1.885.936	72.479	2.275.671

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2015			
"Swaps" de juros 03/09/12	(2.850)	(1.632)	(4.482)
"Swaps" de juros 08/11/12	(1.726)	-	(1.726)
	(4.576)	(1.632)	(6.208)
31 de dezembro de 2014			
"Swaps" de juros 03/09/12	(2.765)	(1.871)	(4.636)
"Swaps" de juros 08/11/12	(2.574)	-	(2.574)
	(5.339)	(1.871)	(7.210)

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia tem a seu dispor a opção de utilizar, no curto prazo, limites de contas garantidas no valor de R\$ 50.000 e linhas comprometidas no valor de R\$ 170.000 contratadas em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31/12/2015		31/12/2014		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	134.126	134.126	114.774	114.774
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	107.359	107.359	18.152	18.152
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	40.923	40.923	27.854	27.854
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	984.159	984.159	563.230	563.230
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Empréstimos e recebíveis	2	7.297	7.297	10.640	10.640
Empréstimos com Partes relacionadas em moed	Empréstimos e recebíveis	2	8.594	8.594	-	-
Valores a receber de parcela A e outros itens fins	Empréstimos e recebíveis	2	537.780	537.780	415.789	415.789
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	1.832.491	1.832.491	1.342.255	1.342.255
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacio	Outros passivos financeiros	2	1.551.289	1.442.068	685.647	683.667
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.133.331	1.101.586	1.122.888	1.124.638
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	916.038	916.038	660.965	660.965

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2015 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença
Swap DI x PRÉ 03.09.12 HSBC Bank Brasil S.A.	205	5.591	5.386
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	135	1.706	1.571

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2015 havia 2 (dois) contratos de swap CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
					Moeda local	
					31/12/2015	31/12/2014
Contratos de swaps:						
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02%aa 10,05% aa	(5.591)	(6.235)
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	15/06/2016	CDI + 1,20%aa 9,59% aa	(1.706)	(4.405)

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F:

Indexador do contrato	31/12/2015	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	215.701	259.670	43.969	302.368	86.667
IPCA	95.502	112.794	17.292	125.983	30.481
TJLP	32.767	37.805	5.038	42.781	10.014
FIXO	6.500	6.500	-	6.500	-
Total	350.470	416.769	66.299	477.632	127.162

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	31/12/2015	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Debênture 1ª série - 6ª, 7ª e 8ª emissões	19.073	23.177	4.104	27.162	8.089
Swap ponta ativa	(19.073)	(23.177)	(4.104)	(27.162)	(8.089)
Swap ponta passiva	11.084	11.084	-	11.084	-
Total	11.084	11.084	-	11.084	-

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo swap é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

27. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.318.300 em 2016, R\$ 2.330.151 em 2017, R\$ 2.533.185 em 2018, R\$ 2.658.117 em 2019 e R\$ 46.322.643 após 2019.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 que foram homologados pela ANEEL.

28. Participação nos resultados

O montante dessa participação no exercício de 2015 foi de R\$ 12.638 (R\$ 14.441 em 2014).

29. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização	
	De	Até			
Risco operacional	01/11/2015	31/10/2016	R\$ 1.505.861	R\$	192.195
Responsabilidade civil	01/11/2015	31/10/2016	N/A	R\$	768.780

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Ampla Energia e Serviços S.A.

Niterói - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 2016

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/F-6

Paulo José Machado

Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2015, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do resultado da companhia de 2015, declaramos que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Diretor Presidente: Abel Alves Rochinha

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes: Bruno Golebiovski

Diretor de Planejamento e Engenharia: Claudio Manuel Rivera Moya

Diretora de Mercado: Olga Jovanna Carranza

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle: Luis Fermin Larumbe Aragón

Diretor de Recursos Humanos e Organização: Carlos Ewandro Naegele Moreira

Diretor de Relações Institucionais: José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação: Janaína Savino Villela Carro

Diretor de Regulação: José Alves de Mello Franco

Diretora Jurídica: Déborah Meirelles Rosa Brasil

Diretora de Compras: Margot Frota Cohn Pires

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2015, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do resultado da companhia de 2015, declaramos que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Após examinadas, discutidas e revisadas, declaramos que concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social da Companhia encerrado em 31/12/2015.

Diretor Presidente: Abel Alves Rochinha

Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes: Bruno Golebiovski

Diretor de Planejamento e Engenharia: Claudio Manuel Rivera Moya

Diretora de Mercado: Olga Jovanna Carranza

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle: Luis Fermin Larumbe Aragón

Diretor de Recursos Humanos e Organização: Carlos Ewandro Naegele Moreira

Diretor de Relações Institucionais: José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação: Janaína Savino Villela Carro

Diretor de Regulação: José Alves de Mello Franco

Diretora Jurídica: Déborah Meirelles Rosa Brasil

Diretora de Compras: Margot Frota Cohn Pires